

## RESENHA

*Gabriel Reis de Oliveira\**

VAN TIL, Cornelius. **Por que creio em Deus**. Trad. Wadislau Martins Gomes. Brasília: Monergismo, 2012. Original em inglês: *Why I Believe in God*. Philadelphia, PA: Great Commission Publications, 1948.

Cornelius Van Til (1895-1987) foi o fundador do método apologético conhecido como pressuposicionalismo. Ele incorporou em seu método o conceito de antítese, presente nos escritos de Abraham Kuyper, entre a crença e a incredulidade. Apesar da antítese resultante das pressuposições epistemológicas opostas, no entanto, Van Til acreditava com B. B. Warfield que a verdade objetiva sobre Deus estava disponível para todos através da revelação. Assim, ele entendia que poderíamos ter um argumento objetivamente válido a favor da verdade do cristianismo. Van Til aderiu e sintetizou a ênfase na antítese de Amsterdã e na racionalidade objetiva de Princeton. Ele tinha como finalidade desenvolver um método distintamente reformado de apologética em oposição ao método tradicional. Suas críticas principais eram que o método tradicional de apologética: (1) abria espaços para a autonomia humana, (2) hesitava em pressupor a revelação de Deus e, portanto, a sua autoridade como consequência do seu senhorio total, (3) assumia que o mundo é de alguma forma inteligível sem Deus, (4) presumia que o mundo como conhecido sem Deus pode ser uma fonte de evidência para Deus, (5) argumentava que o cristianismo é apenas provavelmente verdadeiro, e não certamente verdadeiro.<sup>1</sup>

---

\* Seminarista da Primeira Igreja Presbiteriana em Duque de Caxias (RJ). Graduado em Filosofia pela UFRJ. Atuou por dois anos como monitor de Epistemologia e Filosofia Medieval na mesma universidade. Atualmente, é mestrando no programa de pós-graduação em Lógica e Metafísica também da UFRJ, bolsista da CAPES e bacharelando em Teologia no Seminário Martin Bucer. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia da Religião, Metafísica e Epistemologia Analítica.

<sup>1</sup> Devo a John M. Frame e Brant A. Bosserman essa introdução. Ver: FRAME, John M. *Cornelius Van Til: An Analysis of His Thought*. Philipsburg, NJ: Presbyterian & Reformed, 1995, e BOSSERMAN,

O pressupositionalismo é muitas vezes criticado por ter um método em teoria, mas não um argumento na prática. Neste breve panfleto, Van Til sutilmente ilustra o seu método na prática como um poderoso desafio à incredulidade. Ele nega completamente a premissa de autonomia intelectual e pressupõe a revelação de Deus, insistindo que tal revelação é a única fonte de significado e racionalidade no mundo. Negar a revelação leva ao caos e à irracionalidade. O autor coloca a visão de mundo cristã e naturalista sobre a mesa e avalia qual sistema fornece as pré-condições da experiência inteligível.

Sua obra está em formato de um diálogo com um incrédulo imaginário que está interessado na natureza fundamental da realidade acerca do que existe.<sup>2</sup> Ele começa tomando nota da interpretação naturalista e behaviorista de que sua convicção cristã carece de validade objetiva por ser meramente o produto de influências culturais. Nesse folheto autobiográfico, Van Til perpassa por vários fatores que o condicionaram a crer em Cristo e, diferentemente do naturalista e behaviorista, interpreta esses fatos como tendo sido dirigidos por Deus. Assim, não é problemático assumir que houve influências do meio sobre sua fé, dado que ele cresceu e percebeu a necessidade lógica de um Deus soberano e controlador da história. Seus argumentos são de natureza transcendental,<sup>3</sup> de modo que o plano todo-abrangente<sup>4</sup> do Deus Trino para a sua criação deve ser pressuposto em todo empreendimento da racionalidade humana para que estes mesmos sejam possíveis.

A natureza do argumento transcendental pode ser distinguida formalmente das provas teístas tradicionais em que há uma probabilidade da verdade de sua conclusão.<sup>5</sup> Os argumentos tradicionais baseiam-se numa relação lógica de implicação ao passo que os transcendentais são baseados na relação de pressuposição que são validados tanto pela afirmação quanto pela negação da

---

Brant A. *The Trinity and the Vindication of Christian Paradox: An Interpretation and Refinement of the Theological Apologetic of Cornelius Van Til*. Eugene, OR: Pickwick, 2014.

<sup>2</sup> Em outras palavras, metafísica.

<sup>3</sup> Um argumento transcendental destina-se a provar que algo é a condição prévia para a razão e/ou discurso racional, de modo que na afirmação ou negação indiretamente se afirma. Sua definição remonta ao filósofo Immanuel Kant, para o qual, segundo sua filosofia, o homem impõe uma forma espaço-temporal e relações lógicas sobre os objetos da experiência – Kant identifica doze categorias ao todo. E somente o homem que trata suas categorias lógicas como universalmente aplicáveis poderia elaborar um argumento a favor das ou contra as próprias categorias. Em outras palavras, devemos pressupor suas categorias a fim de argumentar contra elas. Van Til indica claramente que seu método transcendental é proposto para fornecer o tipo definitivo de prova que Kant tinha tentado sem sucesso.

<sup>4</sup> William Dennison critica a tentativa de John Frame e outros seguidores de Van Til em enquadrar sua apologetica nos termos estáticos da filosofia analítica, desprezando a importância e a centralidade da “história” da Escritura na epistemologia de Van Til. Ver: DENNISON, William. *Analytic Philosophy and Van Til’s Epistemology*. *Westminster Theological Journal* 57, n. 1 (1995), p. 33-34.

<sup>5</sup> Uma boa discussão acerca disso pode ser encontrado no artigo: COLLET, Don. *Van Til and Transcendental Argument Revisited*. *Westminster Theological Journal* 65 (2003), p. 289-306.

proposição antecedente – se o Deus Trino é o contexto condicionador para a inteligibilidade, então tanto a afirmação como a negação pressupõem a sua existência. Assim, se o argumento de Van Til for válido e verdadeiro, a conclusão é definitivamente certa, ao invés de probabilística.

Depois de Van Til indicar o tipo de argumento sobre que sua abordagem repousa, ele pondera acerca do padrão ou teste comum que usaremos para provar ou não a existência de Deus. Pela própria natureza do Deus cristão, não se pode esperar que “detectemos” Deus da forma como detectamos as coisas dentro do universo. Além disso, se Deus existe e reconhecemos isso, tal crença não é uma crença entre tantas outras crenças. Se acrescentamos a crença da existência de Deus à nossa cadeia de crenças, então todas as outras crenças sobre nós e o mundo devem ser alteradas.<sup>6</sup> Neste panfleto, Van Til quebra o estereótipo que geralmente é atribuído aos pressuposicionalistas no qual afirmam que Van Til rejeitou completamente o uso de evidência em apologética. Mas isto está longe de ser verdade. Ele escreveu que “cada fato neste mundo – reivindica o Deus da Bíblia – traz gravado em si sua estampa” (p. 20). Basicamente, Van Til acreditava que todo fato do mundo apontava para Deus uma vez que os fatos só podem ser inteligíveis sobre os pressupostos cristãos.<sup>7</sup>

Van Til aponta que não há neutralidade em relação a Deus: ou nos submetemos a Deus e sua palavra tomando-a como autoridade última e padrão em todas as áreas da vida, inclusive a intelectual, ou estamos comprometidos com a noção de que a nossa mente é a autoridade final ou o padrão para julgar tudo o mais – o que equivale a uma rejeição de Deus e sua palavra. Aqueles apologistas que negam o pressuposto escriturístico em direção ao “terreno comum” assumem que o mundo faz sentido sem Deus.<sup>8</sup> Mas isso é se render a

<sup>6</sup> Isso está em conformidade com princípios bíblicos. Considere o primeiro mandamento mais importante: “Amarás o Senhor teu Deus com todo o seu coração, com toda a tua alma e com toda tua mente”. Amar a Deus com nossa mente significa que devemos pensar da maneira que Deus quer que pensemos. Como os vantilianos gostam de dizer, pensar os pensamentos de Deus após ele. John Frame costuma apontar que tal princípio é uma implicação da abrangência do senhorio de Deus sobre toda esfera da existência humana; portanto, Deus é Senhor até sobre as nossas crenças e pensamentos. FRAME, John M. *A doutrina do conhecimento de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

<sup>7</sup> Ver FRAME, *Cornelius Van Til: An Analysis of His Thought*, p. 177-184.

<sup>8</sup> Em termos mais técnicos e específicos, o “terreno comum” da lógica mina a doutrina reformada da soberania divina e da depravação total. Se a lógica é tomada como um princípio auto-evidente, isto é, evidente em relação a si mesmo independentemente de Deus e de todas as outras coisas, implicará que não há nenhum princípio único que vincula a lógica à realidade temporal. Elas seriam supostamente unidas por acaso. Essa pura contingência de fatos não relacionados é incompatível com a soberania divina em que todas as verdades são conhecidas e organizadas por Deus e sua revelação. Em relação à depravação total, se a lógica é corretamente apreendida pelo homem, então a depravação não é abrangente. A razão disso é que uma das características da imagem de Deus no homem é o seu poder de raciocínio, e, conseqüentemente, se a depravação é total, então abrangerá nossas capacidades noéticas. Inclusive, se seguirá que o homem é autônomo e capaz de dar sentido ao mundo à parte de Deus. Essas observações são encontradas com maiores detalhes na obra: BOSSERMAN, Brant A. *The Trinity and the Vindication*

uma visão de mundo não-cristã, perdendo a batalha desde o início. O Dr. Greg L. Bahnsen observa, comentando na nota de rodapé do panfleto, que negar a clareza da revelação de Deus em todas as coisas, assumindo que a neutralidade é possível, “já significa afirmar que a concepção cristã de Deus, encontrada na Bíblia, é falsa” (n. 18). Em outras palavras – como Van Til constantemente nos lembra em seus escritos – se imitarmos Adão e Eva colocando a palavra de Deus em julgamento ao lado das reivindicações do diabo, já estamos nos posicionando contra Deus e a favor do diabo.<sup>9</sup> Quando o diabo incitou a dúvida sobre a mente de Eva, a serpente ensinou o homem a raciocinar de forma autônoma como se as palavras divinas fossem altamente questionáveis e duvidosas.

Van Til, então, busca estabelecer a natureza real do debate teísmo x ateísmo: o conflito entre pressupostos últimos ou cosmovisões. E isso subjaz a toda discussão acerca dos fatos pró ou contra Deus, de modo que não pode ser ignorado.

Está presente na obra uma crítica implícita aos esforços da teologia natural e do evidencialismo na tarefa apologética. Ao presumirem que os fatos podem ser interpretados sem a iluminação divina, estamos apresentando Deus como menor do que ele realmente é. Pois se o homem pode interpretar os fatos corretamente à parte da revelação divina, um espaço de autonomia é aberto e Deus não é todo-condicionador da experiência humana inteligível. Não importa o quanto isso ofende a incredulidade, deve ser reivindicado por um apologista comprometido com o Deus das Escrituras. O incrédulo busca, através dos seus pressupostos, conformar os fatos e as evidências aos moldes de seu pressuposto fundamental: Deus não existe.<sup>10</sup> Van Til fornece exemplos de evidências que constantemente têm sido apresentadas e julgadas como impossíveis segundo a lógica da incredulidade. Quando o incrédulo assume a autonomia, ele toma como certo que o tipo de Deus em que os cristãos creem não existe. Daí se faz necessária a crítica da raiz do problema da cosmovisão incrédula: sua pretensa autonomia na tentativa de ser igual a Deus.

Em face da rejeição das evidências que tradicionalmente têm sido apresentadas para a existência de Deus, Van Til observa que, novamente, comprometemos Deus para ganhar aprovação dos pensadores autônomos. Dessa vez, negamos a clareza da revelação de Deus anunciando que sua existência é

---

*of Christian Paradox: An Interpretation and Refinement of the Theological Apologetic of Cornelius Van Til.*

<sup>9</sup> Jesus mesmo nos disse que “Quem não é por mim é contra mim” (Mt 12:30a, ARA).

<sup>10</sup> Um caso paradigmático nos dias de hoje é a crença na evolução. “Ninguém pode provar a evolução. A evolução é uma hipótese mantida pela fé, e todos os supostos fatos têm de ser adaptados para caber na estrutura. É um ‘paradigma’, no sentido usado por Thomas Kuhn; um critério para julgamento de outras propostas, ela mesmo não estando sujeita ao julgamento. Com efeito, a evolução é necessária, uma vez rejeitada a criação”. FRAME, John M. *Apologética para a glória de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. p. 151.

meramente provável. Isso deve ser veementemente rejeitado, visto que o Deus Trino não pode ser confundido com um ser logicamente possível ou altamente provável. Em vez disso, ele deve ser reivindicado como o próprio fundamento do raciocínio a favor ou contra ele. Essa reivindicação pode ser feita, como está contido implicitamente na obra, em virtude do fato de que os incrédulos: (a) são criados à imagem de Deus, (b) sabem que Deus existe e (c) não podem erradicar completamente a sua crença de que o universo é inteligível. Assim, a prova objetivamente válida para o cristianismo, e conseqüentemente, contra a autonomia, é que o incrédulo não pode fornecer justificativa para a unidade em sua experiência e indiretamente confirma a sua dependência de Deus como a pré-condição da existência inteligível.

Van Til oferece um argumento poderoso que passa despercebido pela maioria dos leitores.<sup>11</sup> Afinal, que “unidade de experiência” é essa que possibilita o entendimento dos fatos? No mundo experiencial observamos diversidade, novidade e imprevisibilidade – em outras palavras, as mais diversas coisas estão mudando a todo momento. Ao mesmo tempo, precisamos de coisas unas, imutáveis e previsíveis para os nossos pensamentos serem verdadeiros e confiáveis e a experiência humana ter sentido.

Vejam alguns casos. Não podemos descrever os objetos que compõem o mundo sem fazer uso de conceitos gerais que os unem a outros objetos. Caso contrário, até mesmo falar de “objetos” aqui seria ilusório. Cada vez que falamos acerca de algum fato é revelada a nossa dependência de qualidades unificadoras – por exemplo: “Ele é um *ser humano*”, “isto é um *cachorro*”, etc. “Ser humano” e “cachorro” são categorias gerais que incluem todos os seres humanos ou cachorros particulares. Observe também que a raça humana é composta por bilhões de indivíduos diversos, mas somos unificados por uma natureza humana comum que nos distingue de outras criaturas como os cachorros.

A própria predicação exige uma união de sujeito e predicado. Toda vez que dizemos que “a é F”<sup>12</sup> implicitamente dependemos de um princípio unificador que torne a proposição significativa. Se não há unidade, nenhuma propriedade pode ser atribuída aos objetos porque não haveria relação entre eles. A lógica, tal como o princípio da não contradição, deve ser imutável e estar fora do fluxo temporal. Caso contrário, a lógica mudaria e as coisas na realidade poderiam “ser e não-ser ao mesmo tempo e no mesmo sentido”. Além disso, para que a

<sup>11</sup> “[...] o argumento está presente com tal sutileza que alguns leitores iniciantes podem se perguntar se sequer há um argumento ali”. BAHNSEN, Greg L. Prefácio. *Por que creio em Deus*. Brasília: Monergismo, 2012. Particularmente falando, muitos colegas leigos em filosofia têm me questionado qual é o argumento que Van Ti oferece no final das contas. Ou se perceberam o argumento, dizem que não o entenderam precisamente. Espero suprir essa falta nesta resenha.

<sup>12</sup> Isto é a forma da predicação: “a” é o sujeito e “F” o predicado.

mente humana se relacione apropriadamente com os objetos ou que a lógica intemporal se aplique à realidade temporal, precisamos de algo que as una. Na verdade, as coisas só podem ser relacionadas se houver algum tipo de unidade em que possam repousar.

O empreendimento científico depende de uma relação do futuro com o passado. Deve ser razoável fazer generalizações sobre eventos futuros com bases em eventos passados. Essas inferências científicas baseiam-se na suposição da uniformidade e ordem da natureza. Quando formulamos leis da natureza assumimos que essas leis serão as mesmas no futuro como elas têm sido no passado. Assim, o universo contém inúmeras partículas físicas individuais, mas todas elas se comportam de uma forma unificada, obedecendo às mesmas leis físicas. Até mesmo para que haja uma pessoa individual é necessário que o passado, o presente e o futuro se relacionem um com o outro de modo que garanta a unidade do sujeito ao longo do tempo.

Se não há unidade no mundo, a realidade consiste num agregado de coisas completamente diferentes e não relacionadas entre si, dado que uma coisa que as conecte equivaleria a um princípio unificador que, por hipótese, não existe. Qualquer fato existiria em indiferença relativa para com o outro. Portanto, a linguagem é ilusória e não há descrição de objetos; a predicação, lógica no mundo e conhecimento acerca do mundo não são possíveis; a ciência é irracional e não existem pessoas individuais. A conclusão é que o mundo seria puro caos e a inteligibilidade dos fatos é destruída.<sup>13</sup>

Van Til identifica a que o incrédulo pode recorrer para prover sua própria unidade que não anule a possibilidade de novidade, visto que, por definição, a unidade exclui a diversidade e a diversidade exclui a unidade. Logo, para existir unidade ela deve estar divorciada de toda diversidade. O incrédulo supõe que as abstrações substituam Deus. Problematicamente, como Van Til observa, sua lógica “nada tem que ver com a realidade”.<sup>14</sup> A aplicabilidade da lógica ao universo espaço-temporal não pode ser deduzida apenas a partir de princípios lógicos. A sua lógica é reduzida ao nada operando no vazio.

---

<sup>13</sup> R. J. Rushdoony explora isso nas esferas sociais. Ele argumenta que a anarquia é a conclusão lógica da falta de unidade. Nenhuma lei existe além dos indivíduos. Deus, a lei, o governo, igreja e moralidade são coisas que representam uma tirania ao homem; liberdade significa a afirmação da individualidade como o aspecto essencial da realidade. Ao passo que absolutizar a unidade nos leva até ao autoritarismo em que o Estado tem primazia sobre os indivíduos. Ver: RUSHDOONY, Rousas John. *The One and Many*. Vallecito, CA: Chalcedon, 1971.

<sup>14</sup> Pode-se abranger essa conclusão de modo que impossibilita essa “fuga”. Pense, num sentido estritamente epistemológico, em que medida podemos pensar que o mundo dos fatos é propício à razão humana? Não dá para criar qualquer unidade subjetiva que torne esse o caso. Se dissermos que eles se relacionam por obra do acaso, então não podemos pensar que o mundo é propício à razão humana em qualquer medida porque simplesmente não há relação racional entre eles.

A doutrina da Trindade nos ensina que tanto a unidade quanto a diversidade no universo refletem a harmonia ontológica do seu Criador trino. Este Criador é um e três, uma divindade e três pessoas, de modo que a unidade e a diversidade existem coerentemente antes do mundo ser criado e são refletidas harmonicamente no universo criado. A Trindade e o seu plano para o mundo é o pressuposto último que garante a inteligibilidade do universo. Podemos observar que a doutrina da Trindade, apesar da sua aparente contradição, acaba por ser a mais lógica e necessária de todas as ideias. A despeito de muitas coisas serem incompreensíveis para a nossa mente, não caímos em irracionalidade e caos absoluto, já que Deus em seu próprio ser nos oferece a unidade da experiência inteligível que não anula a diversidade.

A obra como um todo fornece um exemplo sólido de como devemos proclamar o senhorio de Cristo através da apologética nos dias atuais. O argumento que Van Til propõe é poderoso para reivindicar a veracidade do cristianismo demonstrando que a interpretação dos fatos feita pelos incrédulos é autodestrutiva, pois destrói a própria possibilidade de fatos. Esse livreto de Van Til foi apenas um passo para defender as reivindicações distintivas do pressuposicionalismo. As bases foram estabelecidas. Mas muito mais ainda precisa ser feito por parte dos defensores do método pressuposicional.

